



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Mesa coordenada Repensar a crítica da economia política de Marx.

O tempo no capitalismo: uma reflexão a partir de Moishe Postone

Henrique Pereira Braga¹
Ivan Zanatta²

A crescente transformação estrutural da sociedade capitalista desde os anos de 1970 tem colocado desafios à teoria social contemporânea, que vem procurando analisar e interpretar a natureza dessa mudança e seus desdobramentos. Um desses desafios é a compreensão do tempo no capitalismo, cuja importância tem se expressado nas inúmeras formas de seu gerenciamento que pululam nas mais diversas formas de mídia.

Formado por processos sociais mais amplos, conforme notou E.P. Thompson, em “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, a medida do tempo e o seu lugar estão relacionados com o modo de vida estabelecidos pelos seres humanos. Por isso, a difusão de um artefato como o relógio e o seu modo abstrato e homogêneo de medir o tempo não tem a ver, como argumenta o autor, com a maior racionalidade posta por esse aparato sobre o processo produtivo. Outrossim, resulta da exigência da racionalização do próprio processo produtivo em termos de tempo de trabalho – medido em horas, minutos e segundos – como forma de controlar e contabilizar as quantidades produzidas. Ou seja, a disseminação do relógio é uma das expressões mais sugestivas da expansão da produção de mercadorias – a saber, valores consubstanciados em valores de uso.

Contudo, não somente o tempo de trabalho é cronometrado. Também o tempo fora da atividade produtiva, como nota Thompson (1998). Esse tempo tem que ser, por assim dizer, “produtivo”: não pode ser dispensado na bebida, “vadiagem” ou ociosidade; mas, sim, preparando o espírito para a próxima jornada de trabalho. Estabelece-se, dessa forma, uma dicotomia entre o tempo de trabalho e o tempo vida, no qual o primeiro subordina o segundo, estabelecendo seu modo de usufruto.

Nesse começo de século XXI, essa dicotomia parece ter chegado ao paroxismo. No

¹ Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFES. Coordenador do Grupo de Estudos em Pensamento Econômico e Teoria Social (GEPETS) da UFES. Pesquisador associado do NIEP-MARX da UFF. E-mail: henrique.p.braga@ufes.br.

² Doutorando Arquitetura. Universidade Federal Fluminense. E-mail: henrique.p.braga@ufes.br.

livro *24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep* (2014), Jonathan Crary expõe, por exemplo, como o tempo de trabalho tem avançado sob a última fronteira do tempo de vida: o tempo de sono. Tanto pela dramática redução do tempo de sono de uma média de 10 horas por noite nos Estados Unidos do começo do século XX para 6h30 por noite no mesmo país no início do século XXI; quanto pelo avanço das pesquisas militares e acadêmicas na direção de tentar manter os seres humanos acordados e produtivos.

Do ponto de vista das relações interpessoais, Byung-Chul Han afirma, em seu livro *Sociedade do Cansaço* (2015), que somos cada vez mais reativos e multitarefas, característica dos animais selvagens, os quais têm que cuidar para não serem devorados enquanto devoram suas presas. Vivemos, portanto, “num mundo muito pobre de interrupções, pobre de entremeios e tempos intermédios”, no qual o ato de hesitar é uma perda de tempo. (HAN, 2015, pp.53-56) Assim, para o autor, nos tornamos uma “máquina de desempenho autista”, porque devemos responder às demandas do mundo – seus impulsos de positividade – sem reconhecer qualquer “alteridade”, evitando-se qualquer momento de negatividade (*ibid*, p.56).

Em outra chave de interpretação, Hartmut Rosa, no texto de abertura da edição brasileira do seu livro *Aceleração*, coloca-se a questão do motivo pelo qual “nos sentimos como *hamsters* numa roda girada sempre mais velozmente”, em que o mundo nos “opõe como uma lista de afazeres sempre mais longa” que podemos lidar somente “sob o modo da agressão”. (ROSA, 2019, p. IX) Contrastando esse cenário com a abundância material que permeia nossas sociedades, o autor identifica como cerne dessa percepção da vida o fato da sociedade moderna somente se estabilizar dinamicamente – isto é, ser “sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura”. (*ibid*, p.XI) A vida social capitalista é caracterizada, assim, como uma vida na qual “não importa com quanto êxito, individual e coletivamente, vivemos, trabalhamos e nos orientamos economicamente neste ano; no próximo ano, para mantermos nosso lugar no mundo, devemos ser melhores, mais velozes, eficientes, inovadores – e, no ano seguinte, coloca-se o nível ainda um pouco mais acima” (*ibid*, p. XV). Esse processo implica uma compulsão com o uso “eficiente” do tempo de trabalho, de preferência tendo o tempo vida como seu suporte.

Ao pensarem o lugar e o papel do tempo na sociedade contemporânea, os autores mencionados têm um traço comum: cada qual a seu modo questionam a forma mercantil da produção, o seu correspondente trabalho e suas consequências sobre a vida humana.

Articulando esses eixos da crítica marxiana à sociedade moderna, Moishe Postone, em “Necessity, labor, and time”, argumenta que o caráter dúplice da atividade humana, bem como sua redução à trabalho realizado em certo tempo, reside no fato de participarmos da vida social por meio da transformação de nossos trabalhos em mercadoria. Tal relação social estabeleceu certo *tempo* que, no curso da história humana desde o século XVIII, pôs um tempo histórico cada vez mais denso e acelerado.

A investigação pormenorizada desse tempo histórico é realizada pelo autor em um de seus principais livros: *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory* (2003). Nele, é apresentada a relação entre produtividade, valor e riqueza material, de forma que a expansão da produtividade, decorrente da própria forma de mediação social (isto é, o valor consubstanciado em valores de uso), engendra o decréscimo da produção de mais-valor, bem como a redeterminação da sua medida social. Ao mesmo tempo, ocorre um crescimento exponencial da produção material, tornando o valor uma medida anacrônica da riqueza material produzida pela sociedade. Entretanto, como tal produção assume a forma mercantil, ela encarna uma forma social de riqueza que confina sua medida ao tempo de trabalho, que deixou de ser o fundamento da contínua e crescente produção de produtos, mas não das mercadorias. Essa contradição se expressa num tempo histórico no qual há tanto uma ampliação da densidade de produtos, atividades e relações, quanto a busca infinita por essa ampliação.

Tendo em vista essas questões, a comunicação se centrará na exposição no argumento de Postone sobre o tempo no capitalismo, uma vez que o autor alicerça sua explicação da “estabilização dinâmica” da sociedade moderna na própria dinâmica do capital (ROSA, 2019). Isso significa, em termos sintéticos, explicar a natureza do tempo por meio das relações sociais nas quais tomamos uns aos outros como valores em vias de valorização e, portanto, sob o julgo do crescente “fazer mais em menos tempo” plasmados em mercadorias – sejam elas tangíveis, intangíveis, para satisfazer a fantasia ou o estômago. Em poucas palavras, ao retomar os argumentos de Postone, procura-se avançar na compreensão do papel do tempo no capitalismo contemporâneo, em uma chave ainda pouco explorada nos debates no interior da própria tradição marxista.

Referências

CRARY, Jonathan. **24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep**. London: Verso, 2014.

_____. 1993. **Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical**

theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROSA, Hartmut. 2005. “Escalada ou saída? O fim da estabilização dinâmica e o conceito de ressonância”. In: _____. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019. (pp. IX-XLIX)

THOMPSON, Edward Palmer. 1968. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: **COSTUMES em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (pp. 267-304)